

**“QUEERIZANDO” O ENSINO: ESTRANHAMENTOS ENTRE AS MINORIAS  
SEXUAIS E DE GÊNERO, A PERSPECTIVA QUEER E O PROCESSO  
FORMATIVO EM BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

Carlos Wellington Soares Martins<sup>1</sup> e Melissa Maria da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo expõe um debate acerca da Teoria *Queer* e sua potencialidade enquanto pedagogia aplicável nos espaços educacionais de formação por meio de seus estranhamentos, aproximações e distanciamentos. Historiciza e problematiza o início do ensino de Biblioteconomia no Brasil e o afastamento do debate das demandas das minorias sexuais e de gênero em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Objetiva apreender qual a relação entre as escolas de Biblioteconomia no Brasil e as minorias sexuais e de gênero e para tanto utiliza-se, além da pesquisa documental dos PPCs, de instrumento de coleta de dados no formato de questionário e encaminhado de forma virtual para pessoas que cursam Biblioteconomia e que se reconheçam enquanto LGBTs com a posterior análise dos dados obtidos sob a ótica *Queer*. Conclui que existem ações pontuais que não refletem o todo da formação na área, no entanto sinalizam para que o tensionamento seja feito e que se comece a cobrar e a problematizar a entrada dos saberes (corpos e identidades) subalternizados nos PPCs, currículos, ações e práticas formativas.

**Palavras-chave:** Teoria *Queer* – Biblioteconomia, minorias sexuais, minorias de gênero, LGBT.

**“QUEERIZING” TEACHING: ESTRANGEMENT BETWEEN SEXUAL AND  
GENDER MINORITIES, THE QUEER PERSPECTIVE AND THE TRAINING  
PROCESS IN LIBRARIANSHIP IN BRAZIL**

**ABSTRACT**

This article exposes a debate about Queer Theory and its potential as an applicable pedagogy in educational training spaces through its estrangements, approximations and distances. It historicizes and problematizes the beginning of Librarianship teaching in Brazil and the distancing from the demands of sexual and gender

---

<sup>1</sup> Bibliotecário (DIB/UFMA). Doutorado em Políticas Públicas (UFMA). Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA). Especialização em Gestão Pública (UEMA). Pós-graduando em Sexologia Aplicada (INPASEX/SP).

<sup>2</sup> Bacharela em Biblioteconomia (PUC/Campinas).

minorities in its Pedagogical Course Projects (PPC). It aims to understand the relationship between Librarianship schools in Brazil and sexual and gender minorities, for that, in addition to the documentary research of the PPCs, a data collection instrument in the form of a questionnaire and sent in a virtual way to people who attend Librarianship and who recognize themselves as LGBTs with analysis of data obtained from a queer perspective. It concludes that there are punctual actions that do not reflect the whole of the training in the area, however, they signal for the tension to be made and to begin to demand and to problematize the entry of knowledge (bodies and identities) subalternized in the PPCs, curricula, actions and formative practices.

**Keywords:** Queer Theory - Librarianship, sexual minorities, gender minorities, LGBT

## INTRODUÇÃO

A Teoria *Queer* ainda é uma incógnita na vida de muitas pessoas, inclusive nas Universidades e nos movimentos sociais, gerando mais desconfiança do que um estímulo da incorporação de seus postulados a uma prática de produção de conhecimento, análise e intervenção na sociedade. As críticas feitas a ela vão desde se tratar de modismo pós-moderno com influência estadunidense até que não teria bases epistemológicas e metodológicas para ser considerada uma teoria, portanto não científica.

Mas o *Queer* pretende justamente isso: causar tensão e reflexão nas certezas hegemônicas, nos discursos autorizados, nos saberes localizados e, principalmente, no pensamento binário e no confronto a regimes de normalização. Nesse sentido, não causa espanto que um dos primeiros trabalhos a introduzir o debate no Brasil tenha ocorrido na área da Educação, campo este propício ao pensamento crítico, dialógico e de tensionamento a ordem e a disciplina.

Assim sendo, e com a autoria deste texto e pesquisa terem sido desenvolvidas por um homem gay cis e uma travesti, ambos da área da Biblioteconomia, entusiastas da Teoria *Queer* e críticos do conservadorismo ainda presente na referida área de atuação, suscitam alguns questionamentos: Qual a relação entre as escolas de Biblioteconomia no Brasil e as minorias sexuais e de gênero? Como esses

tensionamentos ocorrem? Como esse debate é feito, ou ocultado, nos Projetos Políticos de Curso (PPCs), no currículo, nas disciplinas e nas práticas formativas?

Tendo em vista as questões apontadas, e norteados pela Teoria *Queer*, obtivemos retornos interessantes que achamos oportuno serem compartilhados, cujos resultados apresentamos neste texto, que se divide nesta parte introdutória, seguida por um debate sobre a Teoria *Queer* e sua relação com a Educação, para, em seguida, em outra seção, historicizar o ensino de Biblioteconomia no Brasil e suas principais contradições na Contemporaneidade, enquanto uma Ciência Social Aplicada e os silenciamentos presentes em seus PPCs acerca das minorias sexuais e de gênero; logo em seguida, é feita a apresentação dos dados com as respostas dadas por colaboradores com perfil definido que se submeteram responder ao instrumento de coleta de dados e nos ajudaram a trazer a análise do campo teórico para uma base material. Encerramos, por fim, o texto com nossas conclusões que abrem novas interlocuções.

Vamos aos estranhamentos!

### O *QUEER* ISSO TEM A VER COM A EDUCAÇÃO?

Segundo Miskolci (2012), o que hoje chamamos *Queer*, tanto em termos políticos quanto teóricos, foi oriundo de impulso crítico em relação à ordem sexual (e sua normalização) na Contemporaneidade, associado à contracultura e às demandas sociais e políticas daqueles, que, na década de 1960, receberam a terminologia de novos movimentos sociais (movimento negro, feminista e homossexual). Mesmo com origem dispersa e fragmentada ela se consolidou na segunda metade da década de 1980, impulsionada principalmente pelo combate à epidemia da AIDS e pelo ativismo de grupos como o ACT UP e o *Queer Nation* que cobravam políticas de saúde e campanhas de conscientização.

O *Queer*, ainda conforme Miskolci (2012), teria como regime de verdade o normal-anormal, como luta política a crítica aos regimes de normalização, a

perspectiva pela diferença e a concepção de poder como sendo disciplinar e pelo controle, ou seja; a problemática principal do *Queer* é a abjeção. “A abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade” (MISKOLCI, 2012, p. 25).

*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *Queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante (LOURO, 2001, p. 546).

A perspectiva *Queer* não é afeita ao poder, portanto, insubordinada e comprometida com os subalternizados. Nesse sentido, o *Queer* atuaria como uma nova política de gênero que rompe com o estabelecimento de identidades fixas; portanto, pós-identitário.

[...] uma política da diferença emerge como crítica do multiculturalismo e da retórica da diversidade, afirmando a necessidade de ir além da tolerância e da inclusão mudando a cultura como um todo por meio da incorporação da diferença, do reconhecimento do Outro como parte de todos nós (MISKOLCI, 2012, p. 47).

Três obras são consideradas como inaugurais da problematização da Teoria *Queer*: “*Problemas de gênero*”, de Judith Butler, “*Cem anos de Homossexualidade*” de David Halperin e a “*Epistemologia do Armário*” de Eve Sedwick, sendo que o termo

“Teoria *Queer*” teria sido utilizado pela primeira vez em um texto de autoria de Teresa de Lauretis. No Brasil, segundo Silva (2021) o expoente do debate foi Guacira Lopes Louro, em 2001, com o artigo “*Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação*” e as pesquisas “*A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*”, da socióloga Berenice Bento (2006) e “*Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da AIDS*”, da antropóloga Larissa Pelúcio (2009) e a primeira coletânea de estudos *Queer* em português, o dossiê “*Sexualidades disparatadas*” publicado nos Cadernos Pagu em 2007, organizado por Richard Miskolci e Julio Assis Simões e as edições dos Seminários Desfazendo o Gênero.

Pode-se inferir que, para além do debate de gênero e sexualidade, a Teoria *Queer* trabalha com noções de como a abjeção, diante das relações de poder estabelecidas em uma sociedade generificada, racializada e sexualizada, se utiliza de dispositivos e ideologias que colocam determinadas vivências, identidades e corporalidades em situação de subalternidade e precariedade por meio da exploração e opressão encontrando diálogo com várias vertentes teóricas como o Materialismo histórico dialético (alienação, exploração de classe, mais valia, ideologia, opressão), quanto ao Pós-modernismo e Pós-estruturalismo (dominação, relações de poder, corpos dóceis) e nas categorias trabalhadas por expoentes da teoria social a exemplo de Judith Butler (vulnerabilidade, precariedade, abjeção), Giorgio Agambem (vidas nuas), Gayatri Spivaki (subalternidade) e Achille Mbembe (necropolítica).

Como a luta política da teoria *Queer* se centra na crítica, e combate, aos regimes de normalização, fica subtendido que a sexualidade atua “[...]como um dispositivo; o caráter performativo das identidades de gênero; o alcance subversivo das performances e das sexualidades fora das normas de gênero; o corpo como um biopoder, fabricado por tecnologias precisas (BENTO, 2006, p. 81). Para entender essa perspectiva de análise faz-se necessário romper com o senso comum no entendimento acerca do que é sexualidade, para além do ato sexual em si e que ela permeia todas as relações sociais, e que na sociedade contemporânea essa relação é

mediada por um heterossexismo, uma heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade, com bem diferencia Miskolci (2012, p. 43).

Heterossexismo é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais [...] A heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto [...] A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo.

Importante destacar que o debate tem avançado e que a categoria ampliou-se no sentido que se problematiza a cisheteronormatividade e cisgeneridade. Agora fazemos nossa a problematização levantada por Louro (2001), quando ela questiona: Como um movimento que se remete ao estranho e ao excêntrico pode articular-se com a Educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento?

A mesma inquietação é apontada por Miskolci (2012) quando pergunta: Como incorporar o *Queer* na Educação? O autor já aponta alguns caminhos: por meio de uma educação não normalizadora versus uma educação pelas diferenças, com diálogo crítico e não assimilacionista dentro do espaço escolar promovendo um diálogo com todas as pessoas que são desqualificadas no processo educacional e na experiência coletiva em sociedade, ou seja: “Um comprometimento em construir uma experiência educacional que tenha uma perspectiva *Queer* exige lidar com uma experiência da abjeção como algo concernente a todos e que não deveria ser parte da experiência educacional” (MISKOLCI, 2012, p. 32).

Contudo, uma pedagogia no sentido que foi sinalizada sugere o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência (LOURO, 2001). Infelizmente, quase toda educação e produção de conhecimento é feita em uma perspectiva heterossexista. Deve-se desconfiar quando algo se apresenta como neutro, como “científico”, pois o discurso e a prática apontam que foi feito em uma perspectiva branca, masculina, ocidental, cristã e heterossexual. Problematizar esses saberes situados e hegemônicos por meio de um olhar, a partir das diferenças na educação, implica tentar perceber os modelos, os padrões, as normas e convenções culturais

que buscam impor-se de forma indireta, por meio, por exemplo, do material didático ou discussões correntes na mídia (MISKOLCI, 2012, p. 44).

Uma pedagogia e um currículo conectados à teoria *Queer* teriam de ser, portanto, tal como ela, subversivos e provocadores. Teriam de fazer mais do que incluir temas ou conteúdos *Queer*; ou mais do que se preocupar em construir um ensino para sujeitos *Queer* (LOURO, 2001).

Uma pedagogia e um currículo *Queer* se distinguiriam de programas multiculturais bem intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo *Queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o 'outro' é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu (LOURO, 2001, 550).

Nesse sentido chegamos ao entendimento da possibilidade de uma relação mais profícua entre Pedagogia e Teoria *Queer*, ou melhor falando, uma Pedagogia *Queer* que consistiria em “*Queerizar*” escola, sala de aula, currículos, projetos pedagógicos e metodologias (TRJILLO-BARBADILLO, 2015).

Uma pedagogia *Queer*, em um contexto institucional e normalizador na formação de professores, implica construir genealogias excêntricas, que emergem fora dos centros de produção de conhecimento – a partir de conhecimentos subjugados das periferias – e que se apresentam como extravagantes à ordem canônica que normaliza a pedagogia. Essas insurgências buscam formular estratégias de resistência, desconfiam das categorias estabelecidas e se mobilizam como modos de transgredir as práticas e os discursos sociais instaurados e naturalizados (OLIVEIRA, 2017).

Segundo Costa (2021), em diálogos com outras autorias, a Pedagogia *Queer* seria norteadada pelos seguintes eixos: diversidade corporal e funcional; educação

sexual em distintos níveis; formas de resistência nos espaços educativos; pedagogias *Queers* e outras pedagogias críticas; “ideologia de gênero” e outros ataques conservadores contemporâneos; e, pedagogias e afetos: intersecções entre colonialismo, racismo, capacitismo e outras formas de opressão.

Diante do exposto percebe-se um alinhamento entre o que preconiza a Pedagogia *Queer* e o que Paulo Freire (2010) postula quando chama a atenção que educar é um ato político e de transformação, isto é, uma pedagogia crítica, e eminentemente engajada, como diria Bell Hooks (2017), no sentido de que educar prescinde uma ação coletiva ancorada no engajamento de todos nesse processo, possibilitando a liberdade.

Alinhados ao pensamento de Milkoski (2012) entendemos que o grande desafio que se faz presente na educação talvez permaneça o mesmo: o de repensar o que é educar, como educar e para que educar. E essa autocrítica deve ser realizada em uma perspectiva não normalizadora, a saber, educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje invisibilizadas, não-reconhecidas, ou mais comumente, violentadas, passassem a ser incorporadas no ambiente escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado e buscando estabelecer mais simetria entre eles de forma a se passar da educação para um aprendizado relacional e transformador para todas as pessoas envolvidas.

Nas seções posteriores problematizaremos o regime regulatório, e normalizador, presente nas práticas formativas, no currículo e no projeto pedagógico dos cursos de Biblioteconomia e como esses saberes subalternos, que foram apresentados, são, ou não, incorporados no ensino e na prática formativa de profissionais da referida área.

### **O ENSINO E A FORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: práticas formativas, currículo e projeto pedagógico de curso**

As primeiras escolas de Biblioteconomia do mundo foram fundadas, respectivamente, na França (*École National de Chartres*), nos Estados Unidos (*Columbia*



*University - School of Library Sciences*) e, seguidamente, no Brasil (NASCIMENTO; MARTINS, 2017).

Sofrendo forte influência das vertentes citadas acima, surgiram, então, no início do século XX, as duas escolas pioneiras na formação de bibliotecários no Brasil, cada qual com características distintas: o curso da Biblioteca Nacional, com um perfil mais humanista, influenciado pela escola francesa – a *École Nationale des Chartes*; e o curso da escola paulista de Biblioteconomia, com um perfil mais tecnicista, influenciado pela escola norte-americana (CASTRO, 2000; ALMEIDA, 2012).

O impulso para a criação do curso no país deu-se alinhado a uma educação religiosa e a um acervo específico, ou seja: a Biblioteconomia no Brasil despontou a partir das primeiras bibliotecas originadas nos colégios jesuítas em 1550 e pela criação da Biblioteca Nacional, em 1810, na Bahia (CASTRO, 2000). “Devido à forte influência religiosa a maior parte dos materiais (livros e cartilhas) utilizados no ensino no período colonial, eram de cunho religioso, bem como os primeiros bibliotecários da época foram, em maioria, os monges participantes das ordens” (NASCIMENTO; MARTINS, 2017, p. 42).

O curso foi instituído no Brasil, a partir do Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911, na Biblioteca Nacional, e desde então multiplicou-se por todo o país. Encontrase presente em todo o território nacional, com cursos em atividade em todas as regiões brasileiras. Mesmo com a aprovação de criação do curso de Biblioteconomia, pelo Decreto 8.835/1911, ele só entrou em funcionamento somente a partir do ano de 1915 (NASCIMENTO; MARTINS, 2017).

O Brasil registra, atualmente, no e-MEC (2022), vinte e oito cursos na modalidade presencial, no nível de bacharelado em atividade e gratuito. No quantitativo levantado estão incluídas tanto universidades federais quanto estaduais. Embora existam algumas particulares, optamos por referir as públicas.

**Quadro 1 – Universidades federais e estaduais com curso de Biblioteconomia**

<b>CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL</b>	
<b>Universidade</b>	<b>Sigla</b>
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS	UFR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÂNIO DE MESQUITA FILHO	UNESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR

Fonte: E-Mec (2022).

As críticas ao currículo eminentemente técnico *versus* humanista permeiam toda a história do ensino da Biblioteconomia no país, como evidenciado por Pires e Paula (2022), desde o estabelecido em 1962, e percebe-se que nessa década ocorreu uma maior busca pelo curso por mulheres, em um processo de feminização da área. Outra mudança no currículo foi proposta em 1982, porém ainda manteve o distanciamento entre o que se discutia na sociedade com o que se ensinava nas escolas de Biblioteconomia.

Importa pontuar que o fato de ser majoritariamente procurada por mulheres isso não infere em dizer que a área possa ser classificada como uma profissão feminista ou politizada (longe disso, o currículo, historicamente, se afastou do debate político), mas atuou no reforço do estereótipo, em decorrência do já citado processo de feminização, sendo um campo de formação e atuação protagonizado por mulheres, ou seja: uma profissão feminina (KRAMER; MARTINS, 2019).

No Brasil, o ensino de Biblioteconomia desenvolveu-se sob a fusão de diferentes influências do exterior, como apontado, porém, com maior destaque, ao longo da história, da escola norte-americana, ou seja: sob uma perspectiva branca, masculina, ocidental, cristã e heterossexual, e sob uma orientação política e ideológica do regime da cisheteronormatividade.

Com orientação epistemológica e filosófica estadunidense e europeia é natural que em seu estabelecimento enquanto teoria e ciência, a Biblioteconomia carregue consigo os preconceitos arraigados e estigmatizados daqueles que atuaram como colonizadores e impunham um pensamento hegemônico. O que causa espanto é que tais práticas continuem orientando a formação dos profissionais sem que lhes seja apresentado um novo olhar e um novo paradigma para o fazer biblioteconômico atual (MARTINS, 2022, p.).

Em contraponto a esta realidade, é grande a corrente, principalmente a intitulada Biblioteconomia Social, (LINDEMANN; SPUDEIT; CORRÊA, 2016; TANUS; SILVA, 2019), que critica a área como sendo eminentemente técnica em

detrimento de uma ação mais progressista e incisiva em relação às demandas sociais.

Segundo Civallero (2013), Biblioteconomia Social pode ser entendida como sendo uma filosofia e uma ação que reivindicam uma Biblioteconomia crítica, engajada e comprometida socialmente, tanto na teoria como na prática. A Biblioteconomia Social teria como incumbência, dentre outras análises, o estudo da evolução das atividades bibliotecárias, apontando dados indicativos sobre o mercado profissional da área e também uma adequação do currículo e projetos pedagógicos para com relação ao conteúdo de profundidade em consonância com as demandas informacionais da sociedade.

No entanto o debate acerca da Biblioteconomia Social ainda se apresenta de forma introdutória e vem sendo incorporado de forma ainda tímida nos currículos e projetos pedagógicos de curso, o que atesta que os saberes subalternos ainda são negligenciados na formação da área, essa orientação político ideológica impacta na baixa produção acadêmica na área no Brasil como apontado em levantamento realizado por Trevisol Neto (2018, p. 160) sobre minorias sexuais e de gênero onde percebe-se “[...] que são escassas as publicações relacionadas sobre gênero e identidade de gênero”, ou, praticamente inexistente, como atestam Santos, Targino e Freire (2017), em mapeamento acerca da produção científica na área da Ciência da Informação (CI) no país sobre diversidade sexual com enfoque em artigos sobre o grupo de indivíduos reunidos pela sigla LGBT, o que confirma a hipótese sobre a invisibilidade da discussão, quando diz que:

A produção científica acerca da temática diversidade sexual e especificamente sobre o grupo de usuários LGBT na Ciência da Informação brasileira é praticamente inexistente. [...] Não existe produção da Ciência da Informação voltada para delinear o perfil dos usuários LGBT ou o seu comportamento informacional ou, ainda, o impacto do fluxo informacional para o grupo social [...]. (SANTOS; TARGINO; FREIRE, 2017, p. 132).

A literatura estadunidense tem avançado no que diz respeito a incorporação da Teoria *Queer* na Biblioteconomia e tem abordado a questão da classificação a partir de uma perspectiva *Queer*. Drabinski (2013, p. 9) define a relação entre a identidade de minorias sexuais e de gênero e a biblioteca como historicamente contingente. Para a autora, "[...] pode não haver uma categoria ou estruturas linguísticas 'corretas', apenas aquelas que discursivamente emergem e circulam em um determinado contexto." Drabinski (2013) afirma ainda que uma abordagem *Queer* para o ensino na área inclui profissionais da Biblioteconomia e usuários, quando ambos possam engajar-se em um diálogo sobre os preconceitos subjacentes e ajudar a dismantelar a linguagem opressiva.

Utilizamos os termos: GÊNERO, SEXUALIDADE, LGBT e RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS como estratégias de busca para tentar localizar nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) alguma menção a essas categorias no texto, nas ementas e/ou disciplinas. O levantamento dos planos foi feito por meio virtual em sites das próprias universidades e utilizado o documento disponível quando realizada a pesquisa (primeiro semestre de 2022). Dos vinte e oito (28) PPCs analisados doze (12) fazem algum tipo de menção aos termos e, a maioria, dezesseis (16) não o fazem. Algumas informações chamaram a atenção e faremos alguns destaques.

**Quadro 2** - Menção a gênero, sexualidade, LGBT e relações étnico-raciais nos PPCs de Biblioteconomia no Brasil

<b>NÚMERO DE CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA QUE FAZEM MENÇÃO NO PPC AOS TERMOS GÊNERO, SEXUALIDADE, LGBT E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS</b>			
<b>Gênero</b>	<b>Sexualidade</b>	<b>LGBT</b>	<b>Relações Étnico-Raciais</b>
9	2	1	12

**Fonte:** Dados da pesquisa documental dos PPCs de Biblioteconomia (2022).

Alguns cursos fazem o debate acerca de gênero em disciplinas como Antropologia e Sociologia que são oferecidos e ministradas sob a responsabilidade de outros departamentos. O foco do levantamento seria, então, o debate acerca dos

termos elencados nas disciplinas específicas do curso (obrigatórias e optativas). O termo “Gênero” também aparece nos PPCs nas disciplinas de Língua Portuguesa, Leitura e Formação de Leitores, Produção Textual e similares, mas fazendo referência a gênero literário e textual, o que não se aplica ao presente estudo.

A FURG oferece uma disciplina optativa sobre *Gênero e Sexualidades nos espaços educativos* na área de Formação Geral e Instrumentais e informa em sua ementa que a disciplina fomenta a discussão e análise temática a respeito das questões dos corpos, gêneros e sexualidades na Contemporaneidade, enfocando o ensino e aprendizagem dessas questões nos diversos espaços educativos. Análise do processo de produção dessas temáticas nas distintas instâncias sociais e pedagogias culturais.

Na UFAL a disciplina obrigatória *Análise da Informação 2* indica como bibliografia complementar o material “Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres” e no texto, no PPC que trata da integração entre teoria e prática e relações interdisciplinares, informa-se que questões complexas como questões de gênero, relações étnico raciais exigem a cooperação de conteúdos de diversas áreas do conhecimento, condicionada, em certa medida, ao estabelecimento de relações interdisciplinares.

A UDESC traz o debate das relações étnico-raciais em disciplina cuja ementa informa que serão debatidos: fundamentos das relações raciais na sociedade brasileira, políticas públicas e ações afirmativas, decolonialidade, colonialidade e novas epistemologias, diversidade étnico-racial, atuação ética e política do bibliotecário.

A UFES informa no seu PPC que a educação em direitos humanos concretiza ações para reconhecer os direitos da comunidade LGBTI na UFES porém esse debate específico não aparece em nenhuma disciplina. Vale pontuar que os conteúdos pertinentes às políticas de Educação ambiental, de Educação das relações étnico-raciais e ao ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena, estão presentes, segundo o documento, nas disciplinas: *Comunicação e Linguagem* no conteúdo “a representação dos negros e dos povos indígenas nos meios de comunicação”; *Planejamento de Unidades de Informação*, aborda a questão relacionada à

educação ambiental enfatizando “a sustentabilidade e planejamento socioambiental nas unidades de informação”; *Preservação em Unidades de Informação*, trata da questão meio ambiente e educação ambiental no item “preservação e conservação em unidades de informação”; *Seminário sobre Atuação Profissional* aborda a temática relacionada ao “reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial brasileira na atuação do bibliotecário”; *Ação Cultural* contempla a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena com a temática “multiculturalismo”; *Tópicos Especiais em Biblioteconomia I* abordando o tema valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira no contexto da unidade de informação. A UFG também oferece uma disciplina, optativa, que trata das relações étnico-raciais: *Tópicos contemporâneos em informação social, cultural e educacional I e II* com o eixo: Cultura afro-brasileira: mediações da informação étnico racial.

A UFMA possui a disciplina optativa *Gênero na Biblioteconomia*, cuja ementa aponta que se problematiza a construção histórica dos estudos de Gênero, Gênero como categoria para a compreensão das profissões femininas, o(a) bibliotecário(a) como sujeito dos estudos de gênero e as relações de gênero no mercado dos profissionais da informação.

Na disciplina obrigatória *Fundamentos da Biblioteconomia*, em sua ementa, sinaliza o debate acerca da representação social e ética e gênero na Biblioteconomia. A UFPE em seu texto, que trata do marco teórico, enfatiza que, há alguns anos, os cursos de Biblioteconomia buscam incluir essas discussões sobre gênero, meio ambiente, etnias e responsabilidade social, por meio da inclusão de conteúdos em suas disciplinas e a interdisciplinaridade de saberes que permeiam uma formação transversal, considerando o indivíduo inserido nos contextos sociocultural, político e econômico e oferece uma disciplina optativa intitulada de *Mediação da Informação e Relações Étnico-raciais*.

A UFRN disponibiliza a disciplina *Direitos Humanos, Diversidade Cultural E Relações Étnico-Raciais* de responsabilidade de outro departamento, mas cumpre notabilizar que, em sua ementa, traz o debate sobre gênero, relações étnico raciais e

sexualidade e a UFSC também trabalha as relações étnico raciais de forma transversal em disciplina de núcleo comum da formação geral de responsabilidade de outro departamento. A UFSCAR menciona, de forma muito breve e pontual, que segue orientações normativas do ensino das relações étnico raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, sem, no entanto, isso estar evidente em qual disciplina.

A UNB possui uma disciplina no oitavo semestre do curso chamada de *Gênero, Raça/Etnia e Política Social*. A UNIR também apresenta o debate sobre relações de gênero e étnico raciais nos fundamentos gerais das Ciências humanas e sociais aplicadas com essa temática sendo debatida na disciplina de sociologia.

É lógico que afirmar que as escolas de Biblioteconomia não promovam esse debate somente com pesquisa documental de seus PPCs é insuficiente e seria leviano, até porque ações de Ensino, Pesquisa e Extensão podem estar sendo desenvolvidas sob a perspectiva ou mesmo que faça parte de alguma forma de disciplinas e/ou atividades promovidas pelos cursos como seminários, palestras e afins. No entanto, não deixa de ser sintomático que a maioria dos PPCs sequer façam menção a gênero, sexualidade, LGBT e relações étnico-raciais, e, quando o fazem sempre ser, em grande parte, de responsabilidade de disciplinas de outros departamentos, como se esse debate fosse alheio, e externo, à área, ou apenas para cumprir normativas do MEC e sempre em um discurso de transversalidade, que acaba por tangenciar e subalternizar essas discussões e passar ao largo da formação. Isso não é pedagogia *Queer* e acaba por invisibilizar não só os sujeitos mas também como os saberes subalternizados e isto impacta diretamente na relação entre as escolas de Biblioteconomia e as minorias sexuais e de gênero como veremos na exposição de dados na seção a seguir.



## POPULAÇÃO LGBTI+ E ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: QUAL RELAÇÃO?

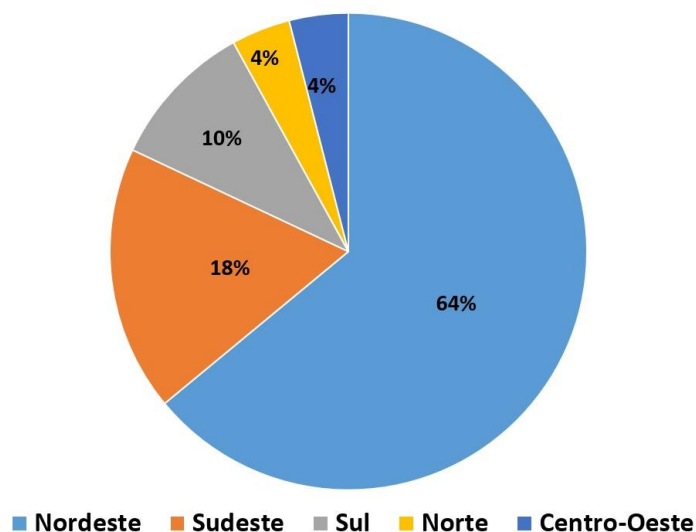
Durante o primeiro semestre de 2022 criamos, por meio do *Google Forms*, um questionário com perguntas de múltipla escolha e de respostas longas com a intenção de mapear discentes (que aqui vamos chamar de colaboradores) dos cursos de Biblioteconomia nas universidades federais e estaduais do país que façam parte, e se reconheçam como integrantes da população LGBTI+ com vistas a identificar a relação existente entre essas orientações sexuais, expressões e identidades de gênero com a fase de permanência durante a graduação no referido curso. Informamos que o sigilo do nome das pessoas que responderem ao questionário foi preservado.

Utilizamos estratégias de compartilhar o questionário por redes sociais, bem como pelo envio ao e-mail das coordenadorias dos cursos de Biblioteconomia nas universidades federais e estaduais que ofertassem a graduação. Obtivemos um retorno de trinta e seis colaboradores de todas as regiões do país. A análise e exposição dos dados dar-se-á por meio de abordagem qualitativa tendo orientação epistemológica a Teoria *Queer* e os estudos de Gênero e Sexualidade.

Foi perguntado aos colaboradores que indicassem a faixa etária em que se enquadrariam quando da resposta do questionário: 50% encontram-se na faixa de 18 a 25 anos; 41,7% entre 26 a 35 anos e 8,3% na faixa dos 36 a 50 anos. Nenhum dos respondentes informou que tinha idade maior que cinquenta anos, o que nos ajuda inferir, pelo menos no recorte levantado, que a maior parte dos discentes que se autodeclararam como LGBTI+s são jovens entre os dezoito aos trinta e cinco anos.

Como informado em seção anterior, obtivemos resposta em todas as regiões do país, sendo o quantitativo maior de colaborações o da região Nordeste com 64%, seguido da região Sudeste com 18% e a região Sul com 10% e Centro-Oeste e Norte ambas com 4%. Das colaborações 83,3% informaram cursar Biblioteconomia em universidades federais e 16,7% em estaduais.

**Gráfico 1** - Região onde colaboradores cursam Biblioteconomia no Brasil

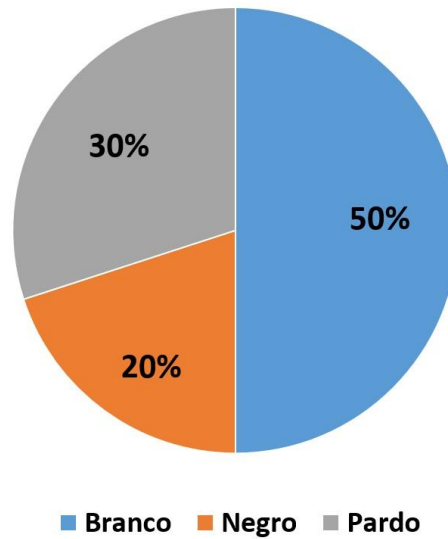


**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Outro fator imprescindível diz respeito à faixa econômica que essas pessoas integram, e fica evidente, então, o debate de classe social, o que nos ajuda a inferir que o curso de Biblioteconomia não é um curso que tenha um diálogo tão grande com o mercado quando comparado a outras áreas e não ser, na maioria dos casos, a primeira opção de muitos que prestam Enem ou outro tipo de exame para ingresso nas universidades e não ser comum filhos e filhas da burguesia e das classes economicamente mais abastadas optarem pela graduação. 79,2% das colaborações integram a classe média baixa, 12,5 % a classe média e 4,2% informaram que integram a classe média alta.

Ao serem solicitados a informar como se autodeclaram em relação à cor/raça e etnia 54,2% informaram serem brancos, 25% como sendo pardos e 20,8% como negros. Essa informação é muito importante pois no debate *Queer* marcadores sociais de diferença como os de raça são fundamentais para se pensar em vivências e corporalidades dissidentes, e subalternizadas, no espaço escolar e de formação em geral pois em decorrência desses múltiplos marcadores que atravessam essas subjetividades as agressões, humilhações e perseguições se intensificam (OLIVEIRA, 2020a, 2020b).

**Gráfico 2** - Cor / raça / etnia informada por colaboradores



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação à identidade de gênero, tivemos a preocupação de explicar o que é cisgeneridade para que as colaborações refletissem ao máximo o propósito de nossa pesquisa; portanto, para fins didáticos de exposição dos dados consideramos importante fazer essa discussão, mesmo que de forma breve.

‘Cisgênero’ é uma palavra composta por justaposição do prefixo ‘cis’ ao radical ‘gênero’. O prefixo ‘cis’ de origem latina, significa ‘posição aquém’ ou ‘ao mesmo lado’, fazendo oposição ao prefixo ‘trans’ que significa ‘posição além’ ou ‘do outro lado’. ‘Cisgênero’ revela uma posição de antonímia com a palavra ‘transgênero’ (BAGAGLI, 2015, p. 13).

Segundo a professora travesti Letícia Nascimento (2021, p. 100), a cisgeneridade “[...] é uma categoria analítica usada pelo transfeminismo para questionar os privilégios dos corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero”.

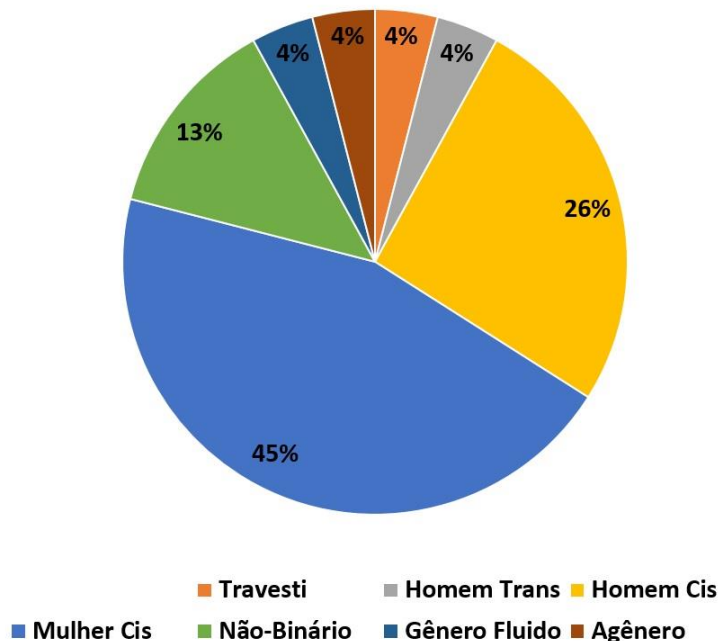
A nomeação daquilo que seria não trans, não nós, surge de uma necessidade muito nossa, de percebermos com cada vez mais clareza que a insuficiência daquilo que dizem que somos tem a ver, sobretudo, com a recusa em se situarem, em dizerem quem são, ao

falarem de nós, dado que são essas pessoas majoritariamente que falam de nós, por nós: se lhe damos um nome, 'cis', é para entender melhor do olhar que primeiro nos concedeu existência, do olhar que hoje, começa a nos deixar existir (RODOVALHO, 2017).

A Biblioteconomia historicamente é uma área onde majoritariamente seu quadro de discentes, docentes e egressos é formado por mulheres. A problematização se apresenta, mesmo o recorte sendo com discentes que se autodeclararam como integrantes da população LGBTI+, se sabem, ou tem uma noção mínima, do que é cisgeneridade e como a área tem sido atrativa, ou não, para homens trans, mulheres trans e travestis.

Metade das colaborações se identificara enquanto mulheres cis (45%), 26% como sendo homens cis, 13% não-binários, uma pessoa gênero fluido (4%), uma agênero (4%) e apenas duas colaborações de discentes que integram a população trans, sendo um homem trans (4%) e uma travesti (4%). É lógico que temos o entendimento de que a população trans é diuturnamente atacada em seu direito de identidade e de vivência, sendo o Brasil o país que mais mata LGBTI+ no mundo com prevalência dessa violência sofrida pela população trans, e que também são alvos de exclusão. E, como diria a intelectual trans Odara (2020), alvos também de expulsão e de violência em espaços de sociabilidade, do ambiente escolar e do mercado de trabalho formal. Como pensar no acesso à universidade pública para esses corpos e identidades dissidentes (e subalternizados) se a elas nem o direito à existência é garantido?

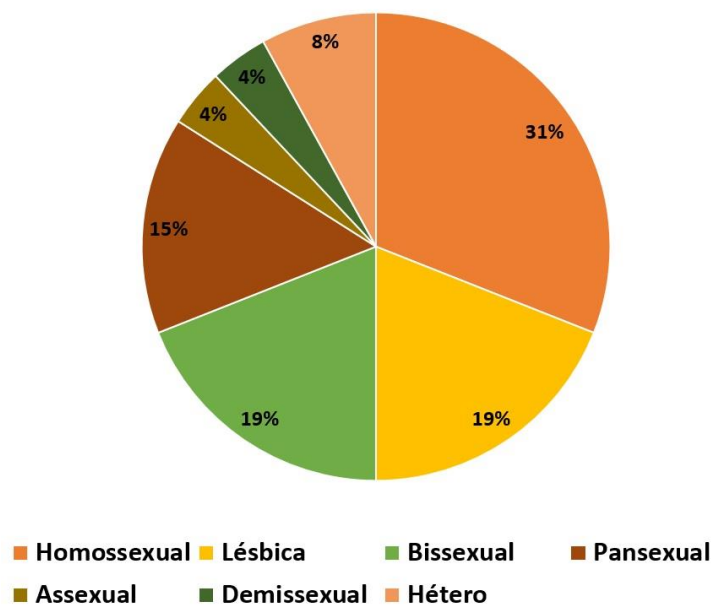
Gráfico 3 - Qual a sua identidade de gênero?



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação à orientação sexual tivemos um total de 31% para homossexual, 19% lésbica, 19% bissexual, 15% para pansexual, 8% hétero, e 4% para assexual e demisssexual.

Gráfico 4 - Orientação sexual



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assumir-se LGBTI+, no espaço escolar, não é um ato fácil e com ele é subjacente a possibilidade de algum tipo de violência seja ela verbal, seja física e/ou simbólica. Ocorre a negação dessas identidades em espaços que a priori deveriam, e em alguns casos se reivindicam, como plurais e diversos trabalham em uma perspectiva de esconder, camuflar, ou tangenciar essas vivências e corporalidades que são dissidentes quanto à norma, em uma espécie de “pedagogia do armário”, como infere Junqueira (2014).

Essa proposição, apesar de ter foco no ambiente escolar e de formação, dialoga com a formulação teórica de Eve Sedgwick (2007, p. 19), quando ela refere o debate sobre a epistemologia do armário como sendo um “[...] dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores”.

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento, mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 1999, p. 21).

Na escola, e universidades, por meio da afirmação e/ou silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade (enquanto regime disciplinar e normalizador), legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras (LOURO, 1999). Em contrapartida, em movimento de resistência e contrário a esse regime, a pesquisadora trans Thiffany Odara (2020) postula uma pedagogia da desobediência, que dialoga muito com a teoria *Queer*, no que diz respeito à ocupação desses espaços por corpos e identidades dissidentes,

bem como a incorporação desses saberes produzidos por estes corpos a integrarem os processos educacionais.

Dentre as principais motivações apontadas pelos colaboradores na escolha pelo curso de Biblioteconomia as que se destacaram foi o amor aos livros e à leitura, pelo fato de serem frequentadores habituais de bibliotecas; no entanto, a maioria sinaliza que não foi sua primeira opção de carreira, mas alguns depoimentos se destacam no sentido de apresentarem uma firmeza em relação a sua escolha profissional: *“Ser Bibliotecário sempre foi meu sonho. Não apenas pela minha paixão pelos livros e pela leitura mas para possibilitar que mais pessoas tivessem acesso a informação e cultura. Não apenas foi minha primeira opção como é meu sonho”*.

Ao serem perguntados se já sofreram algum tipo de LGBTfobia em sala de aula, corredores da universidade ou por parte do corpo docente, a maioria respondeu que nunca sofreu nenhum tipo de violência, dentre eles uma pessoa destacou o período de ensino remoto em decorrência da pandemia da Covid-19: *“Estou no segundo período de forma remota, e apesar de não estar fora do armário justamente pelo medo da violência, observo que o curso é acolhedor com a comunidade, ao menos o pouco que pude ver. Ainda tenho receio de falar abertamente sobre minha orientação sexual por não ter tido uma convivência real com as pessoas, mas espero que essa aceitação permaneça no presencial*. Dos casos de LGBTfobia apontados destacamos algumas falas:

*“Sim, já sofri discriminação por parte de uma professora que não permitia que abordasse o tema lgbt nos meus trabalhos acadêmicos e ainda me deu nota inferior aos demais colegas”;*

*“Sim. Piadas a respeito de não ter pênis, ser chamado pelo meu nome morto pedindo reiteradamente (em emails) para que isso não ocorresse”;*

*Muitas vezes nos primeiros anos, sou travesti e uso o banheiro feminino, cheguei a escutar que o banheiro e nem a universidade eram meus locais. Risos sempre frequentes, Silenciamento e desconsiderações de professores homens, dificuldade de aprenderem a me tratar no feminino, preconceito de funcionários da instituição boicote em estágios, atrasando o início e consequentemente os meus recebimentos, descaso da universidade em*

*apurar os fatos, a instituição é LGBTfóbica, xenófoba, racista e extremamente conservadora, e isso se reflete nos atendimentos e em tudo.*

Estes destaques apresentados pelas colaborações também vão no sentido de reforçar algumas análises quando questionados acerca da sala de aula que frequenta enquanto um lugar acolhedor.

*Sim, há uma quantidade de discentes LGBTQIA+ considerável nas turmas em que tive oportunidade de assistir aula, bem como no Centro onde o curso funciona. O curso também possui docentes LGBTQIA+, acredito que isso seja reflexo do ambiente acolhedor, ou que isso torne o ambiente acolhedor.*

*Mais ou menos. Algumas pessoas falam em acolher e respeitar as diferenças (independentemente de ser relacionado a orientação sexual ou não), mas na prática é muito diferente. Um discurso bem bonito nas redes sociais e nas apresentações de trabalhos acadêmicos, mas muitas vezes para por aí.  
Não diria acolhedor, mas não é um ambiente hostil.*

*Um ambiente de construção. Inicialmente é hostil a diferença, mas com o tempo, o contato, os atritos é construído um ambiente de percepção e aceitação do diferente. Acolhimento vem com o tempo.*

*Sim! Temos bastante sáficas na sala, o que faz com que não me sinta só, me sinto um pouco mais segura, apesar de não ser tão próxima delas por conta da timidez.*

*A universidade não é acolhedora como diz nas mídias. Sofri muito com os alunes, e com os professores foi uma luta para conquistar o respeito, e o direito ao local de fala, pois sempre a minha fala era ignorada, motivo de riso e espanto mas nunca de compreensão.*

Uma das questões levantadas foi se algum discente promoveu e/ou facilitou o debate acerca das demandas sociais da população LGBTI+ em sua disciplina, seminários, palestras, pesquisa. O resultado foi bem surpreendente pois a maioria apontou que tiveram esse debate em disciplinas ou palestras, mas alguns destaques chamaram a atenção pelo fato dos discentes que promoveram as ações também integrarem a população LGBTI+, o que, como sinaliza Ribeiro (2019, p. 75): “Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração



do mundo por outros olhares e geografias”. Essa ocupação destes corpos e identidades (corpus teórico e corpus experiência) causa um tensionamento necessário nesses espaços hegemônicos de produção de conhecimento, isto é pedagogia *Queer*, pois, como aponta Miskolci (2012), no lugar de encarar o material como conteúdo a ser assimilado e decorado, seria inteiramente pensar nele como base para refletir, questionar e tensionar.

Quando questionados se há algum tipo de reconhecimento, enquanto LGBTI+, nos Projetos Pedagógicos do Cursos (PPCs) e conteúdos ministrados em sala de aula, alguns apontamentos foram feitos como: *“No primeiro período fiz um catálogo sobre livros LGBTQIA+ pois sinto falta da representatividade do tema sendo trabalhado como vertente da representatividade LGBTQIA+ no nosso curso”*; *“Se existe projeto político do curso nunca me foi apresentado. E não nunca me reconheci nele, ainda mais após minha transição pública”*; *“Não sei responder essa questão de forma clara, pois nos conteúdos apresentados dependia muito do quão a disciplina era voltada para temas sociais. Já no projeto político sim devido ao acesso fácil e não burocrático de escola do nome social, além do respeito em ambientes de ensino”*.

Em relação ao movimento estudantil representado por Diretórios Acadêmicos (DAs) e Centros Acadêmicos (CAs) e aos encontros regionais e nacionais de estudantes de Biblioteconomia e Documentação (EREBDS e ENEBDS) também foi perguntado se existem ações promovidas pelos DAs e CAs que fomentem o debate acerca das minorias de gênero e sexuais. A grande maioria respondeu que desconhece, alguns apontaram ações sazonais, uma pessoa apontou a indicação de um núcleo LGBTI+ e as ações do CABAM da UFRGS foram bastante mencionadas. Em relação aos EREBDs e ENEBDs a sinalização é que a cada edição se percebe uma ampliação do debate de uma pauta progressista nos eventos e o debate acerca de gênero e sexualidade se incorporando de forma direta, ou indireta, nos temas e trabalhos apresentados.

O tema de pesquisa a ser desenvolvido nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e trabalhos de disciplinas é sempre um desafio tanto na escolha do que ser

investigado quanto da possibilidade de professores que possam vir orientar aquele trabalho. Quando a temática a ser desenvolvida trata de alguma forma de minorias sexuais e de gênero a dificuldade de encontrar orientação e até “estímulos” a desistirem de suas pesquisas são bem comuns, como revelado nos depoimentos a seguir:

*Acredito que poderia ser um tema interessante, até o momento, antes de ler o enunciado dessa pergunta, nunca tinha pensado sobre isso. Na academia sempre nos levam para lugares mais técnicos, não vejo nenhum estímulo sobre o tema.*

*Não, mas vejo que não há muita produção*

*Já pensei, mas não me senti estimulada nem consegui identificar algo pertinente*

*De início não tive apoio e sim a tentativa de mudar o caminho da minha pesquisa, cheguei a pegar DP para poder ganhar tempo e conseguir apoios de pessoas de outras universidades para construir o TCC e apresentar a pesquisa que eu queria, foi difícil mas consegui apoio e fazer uma boa apresentação.*

Finalmente, foi ensejada a discussão acerca da percepção de discentes sobre as disciplinas, conteúdos, referencial teórico e prático apresentados na escola de Biblioteconomia que cursam se possibilita que o/a profissional consiga atender às demandas informacionais da população LGBTI+?

*Mais ou menos. Não tem nada específico para a comunidade LGBT, mas nas disciplinas é comentado.*

*Acredito que a formação que temos seja mais geral. Não vejo o curso me ensinando a tratar demandas específicas, embora o foco do campo deva ser a necessidade informacional do usuário e haja um grande lapso de informação, e isso inclusive seja ruim para o progresso e de extrema importância no combate ao preconceito, homofobia, transfobia, lesbofobia, etc. Infelizmente cabe mais a mim profissional ir atrás de uma formação mais específica.*

*Sinceramente não. Poucas vezes o assunto é abordado no ambiente acadêmico e quando acontece, geralmente não dura muito tempo. Não, é muito raso o que falam sobre os LGBTs, ainda falta um longo passo para*

*isso. Eu não lembro de nenhuma disciplina que tenha abordado o tema Lgbtqia+ em todo o curso.*

*Enquanto ministrarmos currículos feitos com base em estudos norte americanos e europeus nunca iremos realmente entender as nossas necessidades informacionais.*

*Eu gostaria que tivesse um foco maior, apesar das disciplinas, como disse anteriormente, serem livres para abordarmos mais extensamente. Existe uma eletiva sobre práticas etnico-raciais, mas sinto falta de alguma eletiva direcionada a abordar questões sobre a comunidade LGBTQIA+.*

*É necessário que haja mais estímulo de materiais sobre a população LGBTI+ e a biblioteconomia, dentro das disciplinas, como um campo a ser estudado, para que o profissional possa ter referencial teórico para se aprofundar e estar preparado para demandas futuras.*

*Esse tema nunca foi direcionado, pelo menos das disciplinas que cursei, não vi nenhum direcionamento claro. Mas, sempre fui orientada por alguns professores e todos os graduandos são orientados também, para não ter nenhum tipo de atitude preconceituosa, desrespeito, para com os usuários, os materiais que podem ser diversificados, que podemos trabalhar.*

*Não, pois nosso curso acaba sendo muito tecnicista, o que é uma crítica de alguns alunos. Mas os professores não são fechados, então acredito que a mudança é possível. Não, não vejo nenhum material que fala sobre a população LGBTs no curso.*

*Na universidade ainda não, a pauta LGBTI+ ainda é inicial, o que acontece é que por sorte já temos pessoas bibliotecárias publicando sobre, mas na grade o assunto LGBTI+ ainda não é levado a sério, é um tabu!!!*

As respostas apresentadas pelos colaboradores revelam ainda um longo caminho a ser percorrido pelas escolas de Biblioteconomia no sentido de reverem seus PPCs, currículo, práticas educativas e de formação, pois, apesar de alguns avanços serem sinalizados, percebe-se ainda um viés muito conservador na formação de profissionais da área, bem como um certo atraso na incorporação e no fomento a um debate que já está presente na sociedade contemporânea.

## CONCLUSÃO (OU NÃO)

A provocação primária deste texto ao intitulá-lo de “*Queerizar o ensino*” é o de já causar ‘um tensão’, e mesmo um estranhamento acerca do termo e de sua usabilidade, e de já apontar que a educação é, ou tem potencial, de ser um espaço onde se rompa com a cisheteronormatividade, o pensamento binário e o regime de normalização. No entanto sabemos que tal tarefa não é fácil, principalmente em um país com formação histórica que ainda impacta as relações sociais enquanto uma sociedade generificada, racializada e sexualizada.

O senso comum pode levar-nos a inferir que as universidades públicas, por terem essa natureza de plural e diversa, propiciam um lugar de fomento a múltiplas vivências e saberes diversos quando a materialidade comprova que também expressam as contradições presentes na sociedade. Em decorrência de sua formação política e histórica, a Biblioteconomia carrega resquícios de práticas ainda com foco nos saberes hegemônicos; portanto, dialoga e apresenta respostas apenas para uma parcela da população. É necessário; então, que faça exercício de descolonizar seus saberes e propiciar uma formação pautada nas demandas sociais e informacionais alinhadas ao debate colocado na contemporaneidade.

Em relação ao problema de investigação proposto: “qual a relação entre as escolas de Biblioteconomia no Brasil e as minorias sexuais e de gênero?” os dados apresentados nos ajudam a inferir que existem ações pontuais que não refletem o todo da formação em Biblioteconomia, no entanto sinalizam para que o tensionamento seja feito (e isto é muito *Queer*) e que se comece a cobrar e a problematizar a entrada dos saberes (corpos e identidades) subalternizados nos PPCs, currículos, ações e práticas formativas.

Não se falar sobre determinados temas é ocultá-los, subalternizá-los e determinar que aquelas vivências e corporalidades não são relevantes, ou não são dignas de atenção. É estar alinhado a um regime de normalização que coloca a cisheteronormatividade como regra e padrão incontestável e como única forma, binária e autoritária, de se pensar a produção do conhecimento e a formação de

categorias profissionais. É tratar corpos abjetos, vidas precárias e nuas no sentido de que sequer são vidas; portanto, sem necessidade de que sejam reconhecidas nos espaços hegemônicos de construção do conhecimento.

Por isso, somos entusiastas de uma pedagogia *Queer*, de uma pedagogia crítica, de uma pedagogia da desobediência, não só na Biblioteconomia, mas em qualquer área do conhecimento. Somente no momento em que a Educação romper com a fronteira do pensamento hegemônico binário e do regime de normalização tão introjetado no processo educacional como um todo é que teremos uma construção do saber coletivizada, sem hierarquias e alinhada à sociedade real. Então, agindo dessa forma estaremos “*Queerizando*” a Educação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. B. F. de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 2012. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/11170>. Acesso em: 25 out. 2022.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “**Cisgênero nos discursos feministas**: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas: Unicamp, 2015.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Natal: EDUFRN, 2006.

CASTRO, Cesar Augusto. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

COSTA, José Amaro da. O que é pedagogia *Queer*? In: NASCIMENTO, Anne et al. (orgs.) **Genealogias Queer**. Salvador, BA: Devires, 2021.

CIVALLERO, Edgardo. ¿Qué es la bibliotecología progresista?: Una aproximación básica. **El Profesional de La Informacion**, Buenos Aires, v. 22, n. 2, p.155-162, 10 mar. 2013. Bimestral. Disponível em: <http://profesionaldelainformacion.com/contenidos/2013/marzo/10.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DABRINSKI, Emily. Queering the Catalog: Queer Theory and the Politics of Correction. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, v.83, n.2, 2013. Disponível em:

<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/669547?mobileUi=0>. Acesso em: 20 jun. 2020.

E-MEC. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade**. São Paulo: Terra e Paz, 2010.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. *Bagoas*, v.1, n.1, p. 145-165, 2007.

LINDEMANN, Cátia Rejane; SPUIDET, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, 2016. Disponível em:

<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211>. Acesso em: 3 mar. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *Queer* – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, no 2, p. 541-553, 2001.

MARTINS, Carlos Wellington Soares. A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e27728, 2022. DOI: 10.21680/2447-0198.2022v6n0ID27728. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27728>. Acesso em: 4 nov. 2022.

MÜLLER, Luciana Kramer Pereira; MARTINS, Carlos Wellington Soares. Uma profissão feminina, mas não feminista? Representatividade de gênero na gestão dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia no Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. esp. Melhores trabalhos CBBBD, 2019.

Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1363/1173>. Acesso em: 4 nov. 2022.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. São Paulo: UNESP, 2012.

NASCIMENTO, M. V.; MARTINS, G. K. A trajetória das escolas de biblioteconomia no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, p. 37-54, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71676>. Acesso em: 4 nov. 2022.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. Coleção Feminismos Plurais.

ODARA, Thifanny. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador, BA: Devires, 2020.

OLIVEIRA, João Manuel de. **Desobediência de gênero**. Salvador, BA: Devires, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Salvador, BA: Devires, 2020a.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro nem à margem**: corpos que escapam às normas de raça e gênero. Salvador, BA: Devires, 2020b.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos *Queer* no Brasil? **Revista Periodicus**, v. 1, no 1, 2014.

PIRES, H. A. C.; PAULA, C. P. A. de. As mudanças curriculares da Biblioteconomia brasileira e suas relações com a generificação da profissão bibliotecária. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 20, n. 00, p. e022008, 2022. DOI: 10.20396/rdbci.v20i00.8668097. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8668097>. Acesso em: 24 out. 2022.

RODOVALHO, Amara Moira. O Cis pelo Trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n.1, p. 365-373, jan./abr. 2017.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social, **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v.4, n.1, p.114-135, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/57>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

SILVA, Marcos Mariano Viana da. Notas sobre a apropriação da obra de Judith Butler e dos estudos *Queer* no Brasil. In: PRATA FILHO, Ricardo; CASTRO, Thais de Bakker (orgs.). **Lendo Judith Butler** [recurso eletrônico]: apropriações teóricas e políticas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SILVA, Daniela Cândido da. Biblioteconomia social, crítica e progressista: mapeamento da produção científica nacional e internacional. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, v. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/18371/12151>. Acesso em: 3 mar. 2022.

TREVISOL NETO, Orestes. Gênero e identidade de gênero: questões emergentes na Biblioteconomia e Ciência da Informação. In: INOMATA, Danielly Oliveira; TREVISOL NETO, Orestes (org.). **Inovação em Biblioteconomia: temas transversais**. Chapecó, SC: Argos, 2018. p. 156-178. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Prado/publication/329893581\\_Branding\\_para\\_a\\_construcao\\_de\\_marcas\\_em\\_bibliotecas/links/5c20d23da6fdccfc7065ed4e/Branding-para-a-construcao-de-marcas-em-bibliotecas.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Prado/publication/329893581_Branding_para_a_construcao_de_marcas_em_bibliotecas/links/5c20d23da6fdccfc7065ed4e/Branding-para-a-construcao-de-marcas-em-bibliotecas.pdf). Acesso em: 7 mar. 2022.

TRJILLO-BARBADILLO, G. Pensar deste outro lugar, pensar lo impensable: hacia una pedagogia *Queer*. **Revista Educación y pesquisa** (especial), 2015.